

O Ensino das Artes na Escola Indígena Wakōmēkwa: diálogo entre os agentes sociais e a cultura tradicional

*La Enseñanza de las Artes en la Escuela Indígena Wakōmēkwa:
diálogo entre los agentes sociales y la cultura tradicional*

*The teaching of Art at Wakōmēkwa Indigenous School:
a dialogue between social agents and traditional culture*

Raquel Castilho Souza ¹

Adriana dos Reis Martins ²

Karyleilla Santos dos Andrade ³

Resumo

Esse estudo é resultado de uma pesquisa que está sendo realizada na Escola Indígena Wakōmēkwa, da comunidade Riozinho Kakumhu, localizado no estado do Tocantins, por meio de procedimentos metodológicos da observação participante, de cunho etnográfico. Após observações *in loco*, verificou-se que o grupo de professores almeja ter atividades de capacitação e de formação continuada, no sentido de (re)vitalizar a cultura do povo Xerente na comunidade, objetivando a ressignificação da identidade. Assim, essa pesquisa tem como objetivo desenvolver o Ensino de Arte em uma dimensão educativa, de modo que possa contribuir para um diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, a partir da experiência artística como prática social na Escola Estadual Indígena Wakōmēkwa. Acreditamos que os alunos, por meio de uma experiência artística, podem ser protagonistas e criadores de um trabalho que estabeleça um diálogo entre Arte e Cultura. Os autores que sustentam as discussões teóricas perpassam pelos estudos de Aguirre (2009), Lagrou (2009), Moreira e Candau (2014), bem como os documentos oficiais que regulamentam a Educação Escolar Indígena. Desse modo, pretendemos auxiliar os professores da escola em suas práticas educativas, por meio de produção de materiais didáticos-pedagógicos e oficinas, para o estímulo da revitalização da cultura Xerente.

Palavras-Chave: Cultura tradicional; escola indígena; ensino das Artes; povo Xerente.

Resumen

Este estudio es resultado de una investigación que está siendo realizada en la Escuela Indígena Wakōmēkwa, de la Aldea Riozinho Kakumhu, ubicada en el estado de Tocantins, por medio de procedimientos metodológicos de la observación participante, de cunho etnográfico. Después de observaciones *in loco*, se verificó que el grupo de profesores desean actividades de capacitación y de formación continua, en el sentido de (re)vitalizar la cultura del pueblo Xerente en la comunidad, con el objetivo de la resignificación de la identidad. Así, la investigación tiene como objetivo desarrollar la enseñanza de arte en una dimensión educativa, de modo que pueda contribuir para un diálogo intercultural, pluriétnico y plurilingüe, a partir de la experiencia artística como práctica social en la Escuela Indígena Wakōmēkwa. Creemos que los alumnos, por medio de una experiencia artística, pueden ser protagonistas y creadores de un trabajo que establezca un diálogo entre el arte y la cultura. Los autores que sustentan las discusiones teóricas pasan por los estudios de Aguirre (2009), Lagrou (2009), Moreira e Candau (2014), así como los documentos oficiales que reglamentan la Educación Escolar Indígena. De ese modo, pretendemos auxiliar a los profesores de la escuela en sus prácticas educativas en la escuela, por medio de

¹ Mestre em Educação; Doutoranda da Unesp; Universidade Federal do Tocantins; Palmas, Tocantins, Brasil; raquelcastilho@uft.edu.br.

² Mestre em Música; Doutoranda da Unesp; Universidade Federal do Tocantins; Palmas, Tocantins, Brasil; adrianaarte@uft.edu.br.

³ Doutora em Linguística; Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Tocantins; Bolsista Produtividade do CNPq PQ2; Palmas, Tocantins; karylleila@gmail.com.

produção de materiais didáticos-pedagógicos e workshops, para o estímulo da revitalização da cultura Xerente.

Palabras claves: Cultura tradicional; escola indígena; ensino de las Artes; povo Xerente.

Abstract

This study is the result of a research which is being carried out at Wakõmẽkwa Indigenous School from Riozinho Kakumhu Community, located in the state of Tocantins (Brazil) through methodological procedures of observation participant, of an ethnographic nature. After doing *in loco* observation, it was found that the group of teachers aims to have training and continuing training activities, in order to (re)vitalize the culture of Indian Xerente People in their community, in order to resignify their identity. Thus, this paper aims to develop the Teaching of Art an educational dimension, in order to contribute to an intercultural, pluriethnic and plurilingual dialogue, from the artistic experience as a social practice at Wakõmẽkwa Indigenous School. We believe that students, through an artistic experience, can be protagonists and creators of a work that establishes a dialogue between Art and Culture. The authors who sustain these theoretical discussions permeate the studies of Aguirre (2009), Lagrou (2009), Moreira and Candau (2014), as well as the official documents which regulate the Indigenous School Education. Therefore, we intend to assist the school teachers in their educational practices, through the production of didactic-pedagogical materials and workshops, to stimulate the revitalization of Xerente culture.

Keywords: Traditional Culture. Indigenous School. Teaching of Art. Xerente People.

1 Introdução

As Artes, como campo de conhecimento, é aberto para o diálogo sobre culturas. Esse saber, inserido nas atividades das Escolas Indígenas, pode favorecer a construção epistemológica e pedagógica da interculturalidade, cuja abordagem valoriza o (re)conhecimento da cultura tradicional com uma postura de equidade e respeito.

Para iniciarmos as discussões deste texto, esclarecemos que esse estudo surgiu durante as visitas realizadas em comunidades indígenas. Um grupo de professores de várias Instituições de Ensino Superior (IES) decidiu propor um projeto em rede entre as seguintes universidades: Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade do Estado de São Paulo (UNESP)/Instituto das Artes, Faculdade Católica de Palmas (FAPTO) e Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

O projeto inicialmente foi elaborado pelos pesquisadores dessas IES com o intento de promover ações para formação de professores indígenas que atuam nas escolas visitadas, com base em propostas didático-pedagógicas de cunho extensionista de pesquisa teórica e aplicada (UFT, 2016). Esse projeto tem como título *Interculturalidade, identidade e memória: desafios socioculturais, midiáticos e educacionais nas comunidades Riozinho Kakumhu, Povo Xerente, no estado do Tocantins*. Os resultados aqui apresentados se inserem nas atividades desse projeto institucional acoplado à temática da Educação Intercultural: arte, memória e patrimônio indígena, bem como nos estudos de doutoramento das pesquisadoras.

As ações vinculadas à formação dos professores indígenas estão sendo realizadas na Escola Indígena Wakōmēkwa, localizada na comunidade Riozinho Kakumhu/TO, desde o primeiro semestre de 2017. Temos como um dos objetivos desenvolver o Ensino de Arte, na Escola Estadual Indígena Wakōmēkwa, em uma dimensão educativa, de modo que possa contribuir para um diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, a partir da experiência artística como prática social. As atividades de pesquisa e extensão que estão sendo desenvolvidas buscam promover ações de formação educacional, revitalização da cultura e produção de material didático bilíngue na língua Akwẽ, da família Akwẽ, do tronco Macro-Jê, bem como na língua portuguesa (UFT, 2016).

Este trabalho investigativo, portanto, se inclui no estudo da Educação Indígena na perspectiva do Ensino das Artes na escola e propõe a compreensão das práticas educativas dos professores em um processo de formação, relevante para a potencialização das tradições culturais de comunidades indígenas. Como recorte do projeto macro, intencionamos identificar como essas práticas pedagógicas acontecem no cotidiano escolar e qual o sentido do Ensino das Artes na Escola Indígena.

Os dados estão sendo coletados por meio de procedimentos metodológicos da observação participante, de cunho etnográfico. Até o momento, realizamos observações *in loco* da rotina escolar, além da participação nas aulas de Artes na Escola Estadual Indígena Wakōmēkwa.

2 Ensino nas Artes como possibilidade de discussão cultural na Escola Estadual Indígena Wakōmēkwa

No estado do Tocantins, as discussões para a implementação de políticas para a oferta de educação escolar indígena iniciaram em 1998, pela Lei nº 1.038, de 22 de dezembro de 1998, que trata, principalmente, sobre o Sistema Estadual de Educação e a organização escolar. No art. 18, § 3º, assegura-se às comunidades indígenas o Ensino Fundamental regular com a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. O art. 42 destaca a prioridade do Estado em oferecer educação escolar para as sociedades indígenas, cujos programas deverão ser desenvolvidos com a participação das comunidades, organizações e entidades representativas. A Lei prevê, ainda, nos arts. 44 e 45, recursos financeiros específicos para desenvolver as atividades conforme previsto no documento, perante as propostas pedagógicas do projeto escolar, além da formação permanente dos

professores indígenas (TOCANTINS, 1998). Essa Lei foi revogada pela Lei nº 1.360, de 31 de dezembro 2002, porém os textos são os mesmos, mudando apenas os números dos artigos.

A legislação para Educação Indígena busca assegurar a oferta de um Ensino Fundamental regular com a utilização das línguas maternas e programas, cuja elaboração deve incluir comunidades, organizações e entidades. Como foi observado, existem programas de implantação e de formação de profissionais para uma educação intercultural nas comunidades indígenas, mas sem o envolvimento desses personagens, porque a rotina escolar não tem contemplado o previsto em Lei no Estado em relação à Escola Estadual Indígena Wakōmēkwa.

Em uma das visitas técnicas, um dos professores relatou que os jovens indígenas se identificam com a cultura do não-indígena e deixam de buscar as orientações dos anciãos. Os professores destacaram, ainda, a necessidade de trabalhar com as crianças a história local, para revitalizar as tradições indígenas, como a valorização dos rituais, da língua, das festas, entre outros. Existe a necessidade de revitalizar pelo menos a cultura, porque muitos indígenas estão mudando para outros lugares onde, na visão dos professores, não pertencem a eles.

Os professores acreditam que o caminho para revitalizar a cultura indígena encontra-se na escola. O professor de Artes que trabalha com pintura e música Akwē, em sala de aula, relatou que procura materializar o trabalho em objeto artístico. Ao considerar esse fazer, ele procura refletir sobre a função da Arte e como ela pode ser construída. Para esse professor, a Arte faz parte da cultura da comunidade.

Alguns problemas são comuns na escola, como o alto índice de reprovação dos alunos indígenas que vão estudar nas escolas dos municípios vizinhos e dificuldade com as disciplinas que compõem as Ciências da Natureza. No entender dos professores, as crianças indígenas têm dificuldade de se adaptarem com o uso da segunda língua, o português, principalmente na habilidade da escrita. As supervisões da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes (SEDUC) não ocorrem de forma regular, por isso, a falta de acompanhamento prejudica as atividades da escola. Há a falta de capacitação e de formação continuada para os professores que atuam em escolas indígenas. A equipe da SEDUC vai à escola uma vez ao ano e a Diretoria Regional de Ensino (DREA) faz supervisão esporádica.

Desse modo, verificamos que há a necessidade de mudança no sistema escolar, como a efetivação de princípios de igualdade e de oportunidades, com a participação da comunidade na preparação, na escolha e na atuação das estratégias educacionais. Todos deveriam

participar na escolha e/ou produção dos livros didáticos bilíngues, nas técnicas e instrumentos multimidiáticos elaborados de acordo com os saberes e os fazeres dos povos, por exemplo.

Nesse sentido, os Referenciais para a Formação de Professores Indígenas (RCNE, 2002) é um avanço nos dispositivos legais para a Educação Indígena por provocar reflexões que apresentam diferenças da educação não-indígena para a indígena, além de apontar sobre os princípios necessários para elaboração de um currículo considerando cada área de estudo, pensando, inclusive, sobre a formação dos educadores para tal público.

No que se refere à Educação Indígena, o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê uma formação inicial e continuada aos professores indígenas, de modo que possam, posteriormente, atuar na sua comunidade. Além disso, tem a diligência de, em dez anos: ofertar programas educacionais às comunidades indígenas equivalentes às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, respeitando o modo de vida dos povos; ampliar a oferta às séries seguintes; e legalizar o funcionamento das escolas indígenas já existentes, assegurando autonomia a eles, com estrutura física e equipamentos adequados, dentre outros (BRASIL, 2001).

Consequentemente, muitas outras ações precisam ser pensadas e efetivadas para assegurar o previsto em lei, por meio de condições adequadas e com a participação ativa dos representantes indígenas. Além disso, é urgente pensar na implementação de programas de formação e de qualificação dos professores e que ocorram de forma regular e periódica. Outra ação imprescindível é envolver os anciãos das comunidades escolares nos assuntos alusivos à educação do seu povo, sendo eles a maior fonte de conhecimento das tradições e experiências indígenas (SOUZA, 2018).

Os professores também destacaram problemas em relação ao planejamento das aulas, uma vez que sentem necessidade de formação sobre o uso de metodologias em sala de aula e da existência de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que atenda às necessidades da comunidade. Eles relataram que precisam construir esse documento, mas que não sabem como, já que não têm material escrito sobre a memória indígena, apenas os “registros de memória”. Identificamos que uma das dificuldades em produzir o PPP tem sido o predomínio da oralidade em Akwẽ em detrimento do uso e da habilidade da escrita da segunda língua, a portuguesa. Percebemos também que, durante as aulas, não há um momento em que os conteúdos, mesmo sendo da cultura Akwẽ, sejam trabalhados de modo que se busque uma conscientização de sua importância na vida.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) discute a Arte inserida em uma dimensão educativa, como a que pode contribuir para um diálogo intercultural, pluriétnico e

plurilíngue, a partir da experiência artística como prática social. Nesse sentido, os alunos deveriam desenvolver uma experiência artística, sendo os protagonistas e criadores de um trabalho que requer uma relação entre a Arte e a Cultura. Nesse processo, a criação, a crítica, a estesia, a fruição e a reflexão devem se fazer presente e interagir a partir da experiência artística que o aluno está vivenciando no ambiente escolar (BRASIL, 2017).

O currículo do Estado está atendendo ao especificado nas bases legais em nível federal, como o descrito no RCNEI (1998). As disciplinas Língua Indígena, Artes e Cultura e História e Cultura Indígenas estão previstas e são desenvolvidas regularmente nas atividades da escola pesquisada. Os professores, ao seu modo e com suas dificuldades pedagógicas, têm mantido presente a cultura deles no ambiente escolar, na tentativa de preservar as tradições indígenas. Muniz (2017) aponta que essas são as disciplinas que mais contribuirão para o desenvolvimento da perspectiva intercultural no currículo indígena. Entretanto, deveriam ser desenvolvidas promovendo uma reflexão crítica e não apenas no nível de execução, como se tem observado na rotina escolar.

Em nenhuma aula de Artes observada pelas pesquisadoras verificou-se o uso do livro didático fornecido pela SEDUC para a respectiva disciplina, conforme nos mostra a Figura 1.⁴



Figura 1: Capas dos livros de Artes da Escola Estadual Indígena Wakômëkwa (1º ao 5º anos)

Fonte: Souza (2019, p. 207).

⁴ Essa imagem é apresentada para fins de ilustração. O livro do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental é da coleção “Campo aberto”, de Rosane Acedo Vieira, de 2014, Editora Global. Já o livro do 4 e 5º anos contempla as disciplinas de História, Geografia, Arte e Cultura, da Coleção Tempo de Aprender – Região Norte, de Márcia Cristina Hipólide e Mirian Gaspar.

Um dos professores justificou o não uso do material didático, porque, segundo ele, o conteúdo das Artes que deve ser trabalhado em sala de aula está na memória deles e na oralidade, e isso precisa ser ensinado. Verificou-se também que o material disponibilizado à escola indígena em questão, em relação a Artes, parece não corresponder à finalidade que deveria ter naquele lugar e espaço. No material, não foram identificados conteúdos culturais e artísticos específicos da etnia Xerente. As tradições indígenas são muito pouco abordadas nesse material.

Diante dessas evidências, os resultados apontam que a disciplina de Artes tem sido ministrada na escola da comunidade Riozinho muito próxima da forma que é ministrada nas escolas não-indígenas. Isso quer dizer que os professores pouco tem avançado em uma proposta que vincule a disciplina e seus conteúdos com os saberes e fazeres do povo Xerente. Segundo Moreira e Candau (2014), a disciplina ainda tem sido trabalhada de modo formal e abstrata. Os conceitos disponibilizados em seus conteúdos parecem não ter relação com a vida prática de quem está ali no processo de formação escolar.

Refletindo sobre essa possibilidade, Moreira e Candau (2014) instigam pensar a pesquisa da seguinte forma:

Em relação às discussões que permeiam as perspectivas inter e multiculturais na escola, parece-se nos inevitável observar que a área de Arte angaria uma espécie de status central, apresentando-se como disciplina promissora para a solução das tensões configuradas pelas múltiplas culturas presentes no ambiente escolar. (MOREIRA; CANDAU, 2014, p. 215)

A disciplina de Artes foi colocada no currículo da Educação Básica como uma obrigatoriedade, em uma tentativa de desenvolver uma educação emancipatória. Porém, ela tem sido desenvolvida mais em relação a sua formalização e cumprimento do currículo oficial. Ao observar o material disponibilizado à escola indígena em questão, verificou-se que o livro didático da disciplina Artes não corresponde à finalidade que deveria ter naquele lugar e espaço.

O Ensino das Artes como disciplina vai muito além de uma atividade artística. A arte é expressão, criação, estética, imaginação, linguagem, experiência e cultura. A disciplina de Artes pode ser o caminho para a valorização e revitalização das culturas, como mencionado. Essa disciplina deve ser vista como um caminho para a valorização e revitalização das culturas (PENTEADO; CARDOSO JUNIOR, 2014).

De modo geral, nesse primeiro momento, percebe-se que o conceito de Artes, para os professores indígenas da escola pesquisada, pode estar relacionado ao conceito de cultura

tradicional indígena com o fazer daquele povo. Todas as turmas usaram objetos específicos na disciplina, mesmo que por imagem ou desenho. Não houve, segundo o olhar desta pesquisa, uma interação lúdica e afetiva no decorrer da aula entre professora e alunos. Entretanto, foi identificado respeito dos alunos em relação à professora, mantendo a disciplina em sala de aula.

Nesse contexto, Lagrou (2009) destaca que Arte Indígena, ao ser trabalhada em um contexto educacional, deve considerar as especificidades de produção de cada etnia. Até porque “[...] cada cultura é resultado de uma história particular e isso inclui também suas relações com outras culturas, as quais podem ter características diferentes.” (SANTOS, 1994, p. 12). Respeitar a questão cultural é reconhecer a diversidade dos povos, das nações, das sociedades e dos grupos que são compostos por diferentes agentes sociais. Desse modo, é importante salientar que cada povo tem a sua tradição que o caracteriza como tal, com conhecimentos complexos em relação ao mundo, à natureza e suas relações entre tudo isso. E esses conhecimentos não podem ser esquecidos ao promover o Ensino das Artes em escolas indígenas.

A escola tem o seu papel importante na contribuição, na proteção, no incentivo, na disseminação do conhecimento das tradições culturais e suas manifestações na cultura de um povo, principalmente pelo efeito que provoca na sociedade em relação ao ensino formal que desenvolve. Nos processos educativos, a valorização da cultura nativa deve ser estimulada, por meio da história da etnia, da arte e da língua. O diálogo deve se basear em um tratamento igualitário, na diversidade, na troca e em uma postura positiva em relação à diferença. A manutenção pela alteridade cultural deve prevalecer (SOUZA, 2018).

O RCNEI (BRASIL, 1998) reitera a reflexão de Lagrou (2009), quando propõe a inserção da Arte como disciplina, na Escola Indígena. Ela deve estimular o respeito, a multietnicidade, a pluralidade, a diversidade e não a normatização do Ensino das Artes. Esse documento reflete sobre o Ensino da Arte por meio de uma integração curricular, envolvendo as demais disciplinas cujos conteúdos deverão contemplar a vivência dos povos indígenas.

Na LDB 9.394/96, o Ensino da Artes encontra-se como componente obrigatório da Educação Básica e que deve considerar os conhecimentos regionais para seu desenvolvimento no ambiente escolar (BRASIL, 2013). Na BNCC, a disciplina de Artes vem como componente da linguagem e deve abranger todas as linguagens artísticas, tais como artes visuais, dança, música e teatro. As ações devem propiciar a troca entre culturas e favorecer o reconhecimento e diferenças entre elas (BRASIL, 2017).

Sob essa perspectiva, a escola indígena intercultural deverá buscar compreender como incluir o caráter da sua cultura tradicional, assim, como das outras, principalmente em suas ações pedagógicas dando sentido à história e tradição do seu povo, reafirmando o anseio dos professores indígenas, a exemplo da escola Wakōmēkwa: “[...] precisam revitalizar pelo menos a cultura. E o caminho é a escola.” Para isso, necessitam de oportunidades e condições pedagógicas e estruturais para desenvolverem, no seu cotidiano, um diálogo aberto para o questionamento desses sentidos e significados instituídos na relação desenvolvida entre os pertencentes da comunidade escolar e entre os órgãos do governo responsáveis pela execução de uma educação escolar indígena intercultural.

A escola deveria ser vista e vivida como uma extensão da sua comunidade, inclusive no conteúdo de Artes. Mesmo que aborde sobre sua cultura, o conteúdo precisa ser refletido em uma dimensão educativa para que os membros da comunidade reconheçam a necessidade de dar continuidade aos rituais e experiências vivenciadas por seus anciãos, é o que identificamos na fala de um dos professores da escola: “Nós professores, buscamos, nos mais velhos, informações para desenvolvermos textos para trabalharmos com as crianças na alfabetização na linguagem Akwē, mas os jovens se identificam com a cultura do branco e deixam de buscar as orientações dos anciãos.”

Refletindo sobre a possibilidade de os índios se identificarem com a cultura dos não indígenas, Moreira e Candau (2014) instigam pensar a pesquisa da seguinte forma:

Em relação às discussões que permeiam as perspectivas inter e multiculturais na escola, parece-se nos inevitável observar que a área de Arte angaria uma espécie de status central, apresentando-se como disciplina promissora para a solução das tensões configuradas pelas múltiplas culturas presentes no ambiente escolar. (MOREIRA; CANDAU, 2014, p. 215)

A SEDUC vem buscando estabelecer as diretrizes e normas para regimentar a Educação Indígena no estado do Tocantins, obedecendo à Lei 9.394/96 no que diz respeito ao fato de que as escolas deverão ser específicas, bilíngues e interculturais (TOCANTINS, 2007). Em 2013, a SEDUC, em parceria com o Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Tocantins (CEEI-TO), elaborou a primeira Proposta Pedagógica da Educação Escolar Indígena do estado do Tocantins (PPEEI-TO). O Ensino das Artes está contemplada nas disciplinas de Língua Indígena, Arte e Cultura e História e Cultura Indígenas, que devem ser elaboradas para manterem presente a cultura dos indígenas no ambiente escolar, servindo de instrumento para a preservação cultural das tradições indígenas.

Cabe aos alunos serem os protagonistas e criadores de um trabalho que requer um processo entre Arte e Cultura, com a finalidade de que o conhecimento faça sentido em suas vidas e práticas diárias, nas suas experiências com a comunidade e com a escola. Já o currículo, segundo Moreira e Candau (2014, p. 231) deve ser “[...] o espaço que se abre para fazer/pensar Arte como parte da elaboração da existência e das reinvenções de si, no cruzamento dos fluxos de arte, cultura e filosofia.” Portanto, faz-se necessário uma desconstrução do currículo, para que ele seja o lugar de produção de cultura. E as escolas indígenas deveriam ser espaços

[...] *interculturais*, onde se debatem e se constroem conhecimentos e estratégias sociais sobre a situação de contato interétnico, [e que] podem ser conceituadas como escola de *fronteiras* – espaços públicos em que situações de ensino e aprendizagem estão relacionadas às políticas identitárias e culturais de cada povo indígena. (HENRIQUES et al., 2007, p. 21)

Assim, é urgente que haja uma reflexão sobre o currículo da escola indígena intercultural, o qual envolve os processos de ensinar e aprender, bem como sobre o Ensino de Artes, cuja discussão é cada mais urgente. Ela deve envolver a participação dos agentes sociais que atuam tanto na escola quanto dos gestores da educação, responsáveis pela aplicação da legislação e pela elaboração de políticas públicas eficazes.

3 Conclusões

As documentações legais e as estruturas curriculares formais estão em consonância com o que se prevê para uma educação intercultural em uma escola indígena. O que resta, agora, é verificar como esse ensino de Artes tem acontecido na prática cotidiana da Escola Estadual Indígena Wakômêkwa. A partir disso, refletir-se-á sobre a existência (ou não) de uma educação indígena intercultural, considerando a realidade que a escola atende e suas práticas educativas da comunidade Riozinho Kakumhu.

O Ensino das Artes pode ser o caminho para a revitalização da cultura Xerente, desejada pela comunidade escolar, uma vez que se acredita que essa cultura está sendo “esquecida e não muito praticada na comunidade. No entanto, esse “esquecimento”, no nosso entender, reflete num outro sentido: como processo de aprendizagem. Em situações que estamos aprendendo podemos esquecer ou desaprender um conhecimento diante de uma nova informação (SANTOS, 2010b). E isso é comum numa aprendizagem mediada na perspectiva da ecologia do saber. Portanto, tal posicionamento não significa abandonar ou desqualificar o

conhecimento anterior ao aprendido, mas indica a possibilidade de estabelecer e desenvolver uma relação recíproca entre os diferentes saberes. Entendemos que a escola pode colaborar para o registro das memórias, rituais, cantos e tradições por meio do desenvolvimento de ações recuperando as experiências dos mestres dos saberes ancestrais, principalmente pelos mais jovens, de modo que todos na comunidade possam, no seu dia-a-dia, manter e vivenciar a identidade deles.

Referências

- AGUIRRE, I. *Imaginando um futuro para a educação artística*. Trad. Inés Oliveira Rodrigues e Danilo de Assis Clímaco. Santa Maria: Editora UFSM, 2009. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/imaginando-um-futuro-para-a-educacao-artistica-imanol-aguirre.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- BRASIL. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. *Plano nacional de educação*. Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001.
- BRASIL. MEC. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF/DPEF, 1998.
- BRASIL. MEC. *Base Nacional Comum Curricular*. 3ª versão revista. Ministério da Educação. Brasília, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Referenciais para a formação de professores indígenas*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, SEF, 2002.
- BRASIL. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
- BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP2_22DEDEZEMBRODE2017.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.
- HENRIQUES, R. et al. (Orgs.). *Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Sedac/MEC, 2007.
- LAGROU, Els. *Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação*. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.
- MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. *Currículos, disciplinas escolares e culturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MUNIZ, S. de S. *Educação Escolar Indígena no Estado do Tocantins: uma trajetória histórica do curso de capacitação ao curso de formação do Magistério Indígena*. Dissertação - Programa de Pós-Graduação Em Letras - PPGL: Ensino De Língua E Literatura Da Universidade Federal Do Tocantins, UFT, 2017, 144 p.
- PENTEADO, A.; CARDOSO JUNIOR, W. Arte, cultura e sujeitos nas escolas: os lugares de poder. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Orgs.). *Currículos, disciplinares escolares e culturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 215-254.
- SANTOS, J. L. dos. *O que é Cultura*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 584-602.

SOUZA, R. C. *Perspectivas e desafios da educação intercultural indígena no estado do Tocantins-TO*. 2018. 19 p.

SOUZA, R. C. *A Educação Escolar Indígena Intercultural e o Ensino das Artes: um olhar sobre as práticas da Escola Wakômêkwa na Comunidade Riozinho Kakumhu – Povo Xerente – Tocantins*. 2019. 258f. Tese de Doutorado em Artes. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, SÃO PAULO, 2019.

TOCANTINS. *Lei nº 1038, de 22 de dezembro de 1998*. Publicado no Diário Oficial nº 753. Governador do Estado do Tocantins - Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Disponível em: <file:///D:/Users/Usuario/Downloads/22258%20(1).pdf.>. Acesso em: 10 abr. 2018.

TOCANTINS. *Lei nº 78, de 20 de junho de 2007*. Governador do Estado do Tocantins – Secretaria da Educação e Cultura, Conselho Estadual de Educação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. *Interculturalidade, Identidade e Memória: desafios socioculturais, midiáticos e educacionais nas comunidades Riozinho e Salto, Povo Xerente, no Estado do Tocantins*. Projeto de Pesquisa e Extensão. Palmas: Universidade Federal do Tocantins – UFT, 2016.